

# NOVAS PERSPECTIVAS SOBRE A PAISAGEM RURAL DE CABO VERDE: O PARECER DO ENGENHEIRO MILITAR ANTÓNIO CARLOS ANDRÉIS (1780)

MARIA JOÃO SOARES\*

O presente estudo tem por objectivo reflectir sobre o percurso de um homem e uma obra, aos quais já se dedicaram alguns estudos<sup>1</sup>. O observatório de reflexão será o do parecer/relatório datado de Abril de 1780, saído da pena de um autor ímpar, o capitão de infantaria com exercício de engenheiro António Carlos Andréis. Trata-se de um reputado técnico reinol, penalizado pelo consulado pombalino para servir nos Rios de Guiné na edificação da fortaleza de Bissau e, depois, condenado a pena de degredo para as ilhas de Cabo Verde, de onde só poderia sair por ordem régia<sup>2</sup>.

O destino de Andréis cruzou-se com figuras históricas da segunda metade do século XVIII português como o arquitecto Eugénio dos Santos, seu companheiro num dos projectos vencidos de reconstrução da baixa de Lisboa, depois do terramoto de 1755, o marquês de Pombal, o seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado, o seu sucessor na secretaria de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro e em Bissau e Cabo Verde com o sargento-mor Manuel Germano da Mata<sup>3</sup>, o governador

---

\* Centro de História, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. mariajoaosoares@yahoo.co.uk.

<sup>1</sup> SOARES, 2013; SOARES, 2015.

<sup>2</sup> AHU — *Cabo Verde*, cx. 40, doc. 9. O parecer de António Carlos Andréis vem acompanhado de uma tabela. Trata-se de cota antiga do AHU, dado que as caixas foram reagrupadas recentemente com nova numeração.

<sup>3</sup> Manuel Germano da Mata foi opositor ao governo geral de Cabo Verde em 1756 e ao posto de capitão e sargento-mor da ilha do Fogo, tendo exercido este último entre 1760 e 1763. Em 1765 na sua qualidade de sargento-mor com exercício de engenheiro das ilhas de Cabo Verde foi encarregado da direcção das obras da fortaleza de Bissau e em 1766 foi promovido a tenente-coronel com exercício de engenharia.

Joaquim Salema Saldanha Lobo<sup>4</sup> ou o bispo D. Frei Pedro Jacinto Valente<sup>5</sup>. Com efeito, em má hora, na sua perspectiva pessoal, se viu afastado de uma promissora carreira técnica em Portugal, mas, numa perspectiva do conhecimento insular, em boa hora veio servir para este remoto espaço geográfico da Costa da Guiné e ilhas de Cabo Verde. Trata-se do complexo período do reformismo pombalino e mariano em Cabo Verde, ainda por estudar como tema de fundo<sup>6</sup>.

O incentivo da temática da história ambiental conduziu-me à reavaliação de uma fonte que cada vez mais julgo revestir um carácter singular na documentação histórica sobre Cabo Verde, porque saído da pena de um conhecedor profundo das ilhas, um precursor de uma nova visão da paisagem agrária de Cabo Verde, a que urge dar o devido reconhecimento e tentar dar forma impressa ao conjunto da sua produção cartográfica, narrativa e descritiva.

A análise de todo o espólio informativo que produziu sobre Cabo Verde com um novo olhar conduziu-me a considerá-lo não já como antecipador do naturalismo e das missões científicas de que José da Silva Feijó foi o único expoente setecentista conhecido. O saber de António Carlos é antes oriundo da área do saber da engenharia militar, tema que carece de um estudo detalhado para o arquipélago nos séculos XVII e XVIII, observando-se a nomeação sucessiva no posto de engenheiro das ilhas de nomes como José Coutinho (1696-1698), José Soares da Rocha (1698-1710), José Gomes Correia (1710-1716), Cristóvão Martins Figueira (1716-1719), Simão dos Santos (1723) e Manuel Germano da Mata (1765), cuja produção documental e cartográfica jaz ainda por descobrir nos arquivos portugueses<sup>7</sup>.

De reflexão em reflexão, a complexidade do trabalho deste homem e deste parecer em particular vai-se adensando cada vez mais, solicitando o seu esclarecimento cabal, o recurso a diversos olhares disciplinares e áreas do saber tão diversas como a história da cartografia, geografia, demografia, urbanismo, história económica, história agrária, e também a colaboração da história ambiental.

Antes de passarmos à reflexão sobre o nosso objecto de análise, convém traçar o seu enquadramento prévio em termos de enquadramento histórico do arquipélago de Cabo Verde, *grosso modo*, na segunda metade do século XVIII, elaborar o perfil biográfico do capitão-engenheiro António Carlos Andréis, uma vez que subsistem sobre o mesmo numerosas imprecisões e incorrecções, e, finalmente, esclarecer um pouco os meandros

---

<sup>4</sup> Joaquim Salema de Saldanha Lobo foi governador geral de Cabo Verde entre 1769 e 1776, tendo sido provido extraordinariamente com este mandato sexenal, em vez do triénio usual.

<sup>5</sup> FERRÃO, 2017; CRUZ, 2015; VALADARES, 2006; SOARES, 2015b. D. Fr. Pedro Jacinto Valente foi o 17.º bispo de Cabo Verde, tendo exercido o seu múnus entre 1754 e 1774.

<sup>6</sup> RODRIGUES, 2006.

<sup>7</sup> PIRES & COHEN, 2000.

da documentação histórica e cartográfica deste autor na historiografia portuguesa e cabo-verdiana até ao presente e sua recepção no domínio das humanidades.

Na segunda metade do século XVIII, a situação estrutural económico-financeira de Cabo Verde atingiu um ponto crítico. As ilhas haviam sido excluídas havia mais de um século de uma participação activa nas rotas negreiras transatlânticas, para as quais só contribuía agora marginalmente, fornecendo aguada, refresco e panaria de algodão às embarcações estrangeiras que aqui escalavam rumo às suas colónias americanas ou ao continente africano<sup>8</sup>. Este *comércio miúdo*, na feliz expressão de Ilídio Baleno, vai dominar a economia externa do arquipélago durante todo o século XVIII, restando apenas como produtos estratégicos o sal, a urzela e a panaria local de algodão, bem de eleição para o resgate de escravos nos Rios de Guiné<sup>9</sup>.

À medida que se consolidou o ciclo aurífero do Brasil, Cabo Verde deixou de ser parte activa na estratégia imperial atlântica e, durante Setecentos, as ilhas são nitidamente menosprezadas pela coroa portuguesa. A elite mestiça local dominava o espaço político cabo-verdiano a seu bel-prazer e torpedeava as decisões metropolitanas que pudessem pôr em causa a sua influência<sup>10</sup>. Os laços políticos com o reino enfraqueceram, ao mesmo tempo que as ligações económicas e as rotas marítimas entre Portugal e Cabo Verde se tornaram cada vez mais escassas e irregulares. A navegação portuguesa era praticamente inexistente no arquipélago, à excepção do período em que vigorou o contrato com a companhia do Grão-Pará e do Maranhão, entre 1757 e 1778<sup>11</sup>. Se esta empresa reanimou temporariamente o tráfego entre Portugal, Cabo Verde, Guiné e o Nordeste do Brasil, com o exclusivo comercial e a política especulativa que impôs nas ilhas, enfraqueceu ainda mais a frágil economia insular, uma vez que forçava os produtores locais a vender a baixo custo em troca de bens importados de que era a única fornecedora a preços exorbitantes<sup>12</sup>.

Paralelamente, a somar ao decréscimo do comércio externo, o regime escravocrata insular conheceu uma desestruturação precoce e acelerada, uma vez que a débil economia agrária baseada numa agricultura e pecuária extensivas empobreceu significativamente, fruto de sucessivos ciclos de secas e fomes que se tornaram mais recorrentes ao longo da segunda metade do século XVII e sobretudo do século XVIII. Uma parte significativa da mão-de-obra escrava foi alforriada ou simplesmente largada à sua sorte, abandonando Santiago e Fogo, ilhas do povoamento primitivo, rumo sobretudo às ilhas do Barlavento onde buscou novas formas de sobrevivência<sup>13</sup>.

---

<sup>8</sup> SILVA, 2002.

<sup>9</sup> BALENO, 2002: 316.

<sup>10</sup> CABRAL, 2015.

<sup>11</sup> CARREIRA, 1982.

<sup>12</sup> SILVA, 2002: 51-66; BALENO, 2002.

<sup>13</sup> SILVA, 1995; SILVA, 2002.

\* \* \*

Relativamente à descrição biográfica de António Carlos Andréis, é importante especificar o seu percurso, dado que a historiografia cabo-verdiana é omissa ou errónea a seu respeito e por se tratar de um vulto excepcional em termos de formação e nível de conhecimentos que só um acaso trouxe a Cabo Verde. É muito difícil traçar o seu perfil integral, devido a grandes lacunas documentais<sup>14</sup>. Era filho de Carlos Andréis, sargento-mor e engenheiro, e de dona Jacinta Rodrigues Feintan, tendo casado com dona Margarida Antónia Castro e Silva, desconhecendo-se dados como o seu local, data de nascimento<sup>15</sup>. Quanto à sua condição social, devia tratar-se de uma estirpe familiar de estratificação média/elevada, uma vez que só essa posição lhe permitiu ingressar nos circuitos técnicos e científicos da corte, em que foi integrado ainda jovem. Em meados do século foi admitido como aluno da Aula de Engenharia do Paço da Ribeira, replicando o percurso de seu pai<sup>16</sup>. Em finais da década de 40, Andréis foi nomeado encarregado das plantas civis na corte e em 1750 recebeu carta de ofício do posto de aprendiz de arquitectura do Paço da Ribeira da Lisboa, por morte de Pedro Ramalho<sup>17</sup>.

Um dos pontos mais elevados da então promissora carreira profissional de António Carlos Andréis deu-se após o terramoto de 1755, quando foi chamado por Manuel da Maia para, junto com Eugénio dos Santos, participar do desenho da reconstrução da baixa de Lisboa. Elaboraram proposta conjunta que, no entanto, não seria a escolhida<sup>18</sup>.

Andréis era assim por meados do século um engenheiro/arquitecto prestigiado, com *know-how* comprovado em fortificações militares e risco de plantas urbanas em Portugal. Como era característico do seu estatuto social, o jovem António Carlos ingressara também na carreira militar, tendo atingido à data de 1760 o posto de capitão de infantaria no corpo de engenheiros. Em 1762, Andréis foi chamado a substituir João Maria Chermont como capitão de infantaria com exercício de engenheiro na praça de Almeida. Esta fortificação encontrava-se cercada por tropas espanholas no âmbito da

---

<sup>14</sup> SOARES, 2013; SOARES, 2015a.

<sup>15</sup> Os dados relativos à filiação de António Carlos Andréis foram apresentados numa petição ao rei solicitada pela sua viúva Dona Margarida Antónia Castro e Silva em data incerta (AHU — *Cabo Verde*, cx. 38, doc. 1). Trata-se de um longo documento, com vários anexos, em que a viúva solicita ao rei o pagamento dos soldos em atraso do marido, referenciando todas as tarefas que ele executou em Bissau e Cabo Verde. O documento inclui também um auto judicial mandado abrir por Andréis em 1779 para que se averiguassem as circunstâncias que tinham ditado em Bissau em 1765/66 o decreto da sua pena de degredo para Cabo Verde e a retirada do seu posto militar e redução à condição de soldado. Saiu ilibado e foi reintegrado no seu posto de militar de capitão de infantaria com exercício de engenheiro.

<sup>16</sup> VITERBO, 1899-1922. Existem dificuldades de atribuição das obras de engenharia militar no castelo de Estremoz entre o pai Carlos Andréis e o filho António Carlos Andréis devido à similitude dos nomes. No entanto, dado que as obras foram executadas na década de 1730, antes de António Carlos Andréis ter sido admitido na aula de Engenharia do Paço da Ribeira, parece-nos mais verosímil a atribuição daquelas obras a seu pai, uma vez que consta ter atingido o posto de sargento-mor, enquanto o filho detinha o posto de capitão de infantaria com exercício de engenheiro.

<sup>17</sup> ANTT — *Consultas do Conselho de Guerra*, maço 107 H. 4 de Novembro de 1748; ANTT — *Registo Geral de Mercês*. D. João V, 20 de Julho de 1750.

<sup>18</sup> SEPÚLVEDA, 1910; COSTA *et al.*, 2015.

designada Guerra Fantástica ou Guerra do Pacto de Sangue<sup>19</sup>. O governador da praça reuniu as tropas em Conselho de Guerra, tendo alguns oficiais decidido pela capitulação ante as forças espanholas, o que ocorreu em 25 de Agosto, sem o devido decreto real. A posição de Andréis foi favorável à rendição. A notícia da derrota de Almeida causou grande desagrado junto de Sebastião José de Carvalho e Melo que ordenou a prisão do governador da praça e de alguns dos seus oficiais, entre os quais se encontrava Andréis. Este esteve preso nos cárceres do Limoeiro em Lisboa cerca de três anos e em 1765 foi enviado para Cabo Verde por ordem régia para servir durante seis anos com o mesmo posto de capitão de infantaria com exercício de engenheiro<sup>20</sup>.

Os contornos desta decisão são simultaneamente pessoais e políticos: por um lado, o Marquês de Pombal punia Andréis com o envio para uma parte remota e mal-afamada do império, como era o sector Cabo Verde/Rios de Guiné, por outro, dotava-se este quadrante geográfico de um reputado e promissor arquitecto e engenheiro militar, com competências em diversos domínios do conhecimento, como mais à frente neste estudo iremos observar. Seguiu voluntariamente com Andréis o seu cunhado Joaquim Bernardo da Silva e aquele só poderia regressar ao Reino com ordem expressa do rei. Chegaram ao arquipélago em 1765, integrados na frota destinada à construção da fortaleza de Bissau, que fez escala na ilha de Santiago para recrutar mão-de-obra, seguindo posteriormente para a Costa da Guiné, via Cacheu. Tanto no momento que antecedeu a ida de Andréis para Cabo Verde como já no terreno, existiu sempre uma linha directa que ligou este homem a Pombal. Se tinha feito parte de um projecto vencido para reconstruir a Baixa Lisboa ordenado por Pombal, granjeando o seu respeito, foi também punido por sua ordem directa para ir para Cabo Verde/Guiné para executar aquele que viria a ser o mais ambicioso projecto pombalino na região no domínio arquitectónico/militar/político/económico e pleno de consequências futuras que foi a construção da fortaleza de pedra de S. José (ou de Amura) na praça de Bissau, a expensas da companhia do Grão-Pará e Maranhão que, por esta época, era a verdadeira detentora da economia externa insular<sup>21</sup>.

Andréis seguiu assim para Cabo Verde já com destino traçado, uma vez que embarcou em finais do ano de 1765 na fragata *S. Francisco de Xavier* que fazia parte da expedição naval destinada a dar início àquele «empreendimento». Andréis devia servir como ajudante sob as ordens do sargento-mor Manuel Germano da Mata. A armada chegou a Bissau em Abril de 1766. A estadia de Andréis em Bissau foi plena de peripécias

<sup>19</sup> Trata-se de denominações pelas quais ficou conhecida a participação de Portugal na Guerra dos Sete Anos (1756-1763), conflito travado entre diversas monarquias europeias acerca da rivalidade colonial anglo-francesa e da luta pela supremacia nos estados alemães entre a monarquia de Habsburgo e o reino da Prússia (BARRENTO, 2006).

<sup>20</sup> MACHADO, 1823. Carta patente de D. José I provendo António Carlos Andréis que se encontrava preso nos cárceres do Limoeiro para servir em Cabo Verde no posto que já detinha de capitão de infantaria com exercício de engenheiro (AHU — *Cabo Verde*, cx. 29, doc. 30).

<sup>21</sup> ANDRADE, 1952; SANTOS, 1971.

e conflitos com Germano da Mata e para resumir o desfecho do episódio, já objecto de outros estudos, Andréis foi punido com uma pena de degredo de Bissau para Cabo Verde, ordem decretada por Francisco de Xavier Mendonça de Furtado em Novembro de 1766. Só neste momento é referida na documentação a pena de degredo da Guiné para Cabo Verde, com a correspondente demissão do posto de capitão de infantaria com exercício de engenheiro e redução à categoria de soldado. Esta ordem foi executada pelo governador-geral do arquipélago Jácome Baena Henriques, tendo António Carlos chegado a Santiago em 1767<sup>22</sup>.

Como vimos, o trajecto do capitão-engenheiro Andréis em Cabo Verde e Rios de Guiné foi indissociável das directivas da Coroa e de condições locais de poder político-económico, pelo que aqui entraram em cena figuras como os oficiais régios insulares e as câmaras locais e, contrariamente ao que havia sucedido em Bissau, as competências técnicas e profissionais de Andréis vão ser largamente reconhecidas e aproveitadas para um melhor conhecimento e « projecção » do espaço insular e para tentativas de requalificação/reconstrução de equipamentos militares e religiosos urbanos arruinados e construção de raiz de alguns novos equipamentos.

Se em Bissau Andréis esteve associado ao sargento-mor Manuel Germano da Mata, que foi o responsável directo pela sua descredibilização final perante Pombal e pela sua pena de degredo, em Cabo Verde, Andréis ficou associado ao governador-geral Joaquim Salema de Saldanha Lobo (1769-1776) e às ordens que este oficial régio recebeu do secretário de Estado da Marinha e Negócios Ultramarinos Martinho de Melo e Castro, ambos veículos de um projecto político reformista para o arquipélago de Cabo Verde.

Dado que o acaso e as condições adversas de uma pena de degredo haviam trazido Andréis a Cabo Verde, de onde só poderia retornar a Portugal por via de um favor real, colocamos aqui a hipótese de Martinho de Melo e Castro o ter decidido reabilitar, potenciando os seus conhecimentos em cartografia, arquitectura civil e militar e urbanismo, ao serviço de uma revitalização económica e melhor conhecimento do espaço do arquipélago. O executante local desta estratégia foi, como já dissemos, o governador-geral Joaquim Salema de Saldanha Lobo, cujo mandato alargado de seis anos foi pautado por uma conduta política exemplar. Logo depois de chegar a Santiago, informou Melo e Castro que Andréis lhe havia sido indispensável para avaliar o estado da guarnição militar, tendo depois sido por ele esclarecido acerca dos motivos que haviam trazido aquele oficial ao arquipélago que, curiosamente ou não, atribuiu, em primeiro lugar, ao vinho, vício de que, segundo as suas palavras, já se encontrava livre, ou então à afeição e emulação da corte. Parece-nos que Saldanha Lobo, sempre tão isento e objectivo na sua escrita, expôs aqui que os enredos da corte haviam sido os verdadeiros motivos que tinham motivado o envio de Andréis por Pombal para as ilhas de Cabo Verde, isto é,

---

<sup>22</sup> SARAIVA, 1947; ANDRADE, 1952; SANTOS, 1971.

a queda em desagrado junto de Sebastião José de Carvalho e Melo, devido ao episódio de Almeida em 1762<sup>23</sup>.

O governador concedeu prontamente a Andréis uma casa para «trabalhar em mapas», «objectos» muito cobiçados por este oficial régio e pelo secretário de Estado, uma vez que a cartografia portuguesa sobre Cabo Verde era simplesmente inexistente ou se encontrava muito desactualizada ante a cartografia europeia, nomeadamente, britânica<sup>24</sup>.

Uma vez que Saldanha Lobo abonou logo desde o início da sua chegada a favor de Andréis, por seu lado, Melo e Castro incumbiu o governador de interceder junto do capitão-engenheiro para requisitar os seus serviços, não devendo, contudo, mencionar que a iniciativa partia dele e da corte<sup>25</sup>. Existiu sempre uma atmosfera de segredo em tudo o que diz respeito a Andréis. O estratagema passava por recomendar os serviços de Andréis aos administradores da companhia do Grão-Pará e Maranhão em Cabo Verde, para que lhe fosse ordenado «tirar alguns planos dos seus portos, da comodidade deles para o comércio, das paragens onde se produz a urzela que ainda podem estar desconhecidas, das vilas e lugares e sítios habitados, no número de habitantes distinguindo as suas idades, os negros e os pardos e os brancos livres e os escravos e outras notícias desta qualidade de que a companhia quer ser informada»<sup>26</sup>, para o que devia efectuar o que foi designado por expedição ou giro por todas as ilhas de Cabo Verde. Para o aliciar para tal árdua tarefa, a companhia concedeu-lhe uma ajuda de custo de 100.000 réis anuais, enquanto Saldanha Lobo o acomodou numa casa para trabalhar nos mapas e plantas. Andréis aceitou o que Saldanha Lobo designou de «empresa». Não existia no arquipélago quem detivesse *expertise* para coadjuvar o trabalho cartográfico de Andréis, pelo que fez sozinho o circuito, o «giro», das ilhas durante cerca de dois anos (1771-1773), sendo enviadas por Saldanha Lobo ou pelos administradores da companhia ordens para as diversas ilhas para que fosse acompanhado por um ou mais condutores práticos da terra e para que recebesse animais de transporte, alojando-se normalmente em casas de notáveis das ilhas<sup>27</sup>. Há notícias de que esteve pessoalmente, para além de Santiago, no Fogo, Brava, Boavista, Maio, Sal, S. Nicolau, Santo Antão e S. Vicente, afirmando-se que efectuou mapas de todas as ilhas, inclusive das desertas, embora não tenham sobrevivido todos ou sido encontrados até agora nos arquivos por onde a sua produção

<sup>23</sup> Carta do governador-geral Saldanha Lobo a Martinho de Melo e Castro de 12 de Junho de 1771 relativamente à sua actuação junto de António Carlos Andréis (AHU — *Cabo Verde*, cx. 32, doc. 5).

<sup>24</sup> MOTA, 1961.

<sup>25</sup> Carta de Martinho de Melo e Castro ao governador Saldanha Lobo de 3 de Setembro de 1777 (AHU — *Cabo Verde*, cx. 36, doc. 22).

<sup>26</sup> Ordem régia sobre o degredado Andréis dirigida ao governador Saldanha Lobo de 2 de Setembro de 1770 (AHU — *Secretaria Geral do Governo*, lv. 25, fl. 7v-8).

<sup>27</sup> Carta do governador-geral Saldanha Lobo a Martinho de Melo e Castro sobre a expedição realizada pelo arquipélago por António Carlos Andréis de 12 de Junho de 1771 (AHU — *Cabo Verde*, cx. 32, doc. 5).

cartográfica se encontra dispersa por todas as cartas, a que acresce a dificuldade de quase todos os seus exemplares cartográficos não se encontrarem assinados.

Durante a sua estadia em Cabo Verde, Andréis permaneceu a maior parte do tempo em Santiago, estimando-se que se demorou em cada uma das outras ilhas alguns meses.

No curso da sua permanência de cerca de doze/treze anos no arquipélago, Andréis revelou-se um homem multifacetado, assumindo tarefas muito diversificadas, uma vez que foi empregado como soldado e artilheiro em ataques de embarcações estrangeiras ao porto da Praia, foi encarregado de syndicar a milícia nas ilhas do Fogo e Brava e noutras tarefas mais ligadas ao seu *métier* como listas das milícias, além de plantas e mapas do estado da artilharia e dimensões para sua reparação, conserto das ruínas da fortaleza real de S. Filipe e chefia das obras de fortificação da Praia, direcção da reabilitação da sé catedral, plantas para a reedificação do paço episcopal, demarcação e chefia das obras da estrada real entre a cidade da Ribeira Grande e a vila da Praia, além de outros elementos<sup>28</sup>.

Foi Saldanha Lobo quem reabilitou Andréis como cartógrafo e engenheiro, competências que não poderia exercer como soldado, empenhando-se activamente para que dispusesse dos meios necessários à realização dos múltiplos projectos de que tinha sido incumbido no âmbito da cartografia, fortificações militares, artilharia, arquitectura civil e religiosa e reabilitação de edifícios. O governador teceu repetidos elogios ao trabalho de Andréis, considerando que tinha tido um esforço notável, dada a aspereza das ilhas, a malignidade do clima e o facto de ter feito tudo sozinho e com poucos meios materiais, nomeadamente instrumentos e materiais de desenho. Os testemunhos indicam «que tudo executou com grande trabalho corporal, e risco de vida pela aspereza das ditas Ilhas, e do clima tão contrário à natureza humana [...] sem camerada que o ajudase e descansase», além de ter ficado várias vezes doente e de ter custeado parte do seu trabalho com sua fazenda e com empréstimos, tendo regressado a Lisboa endividado<sup>29</sup>. Esteve preso duas vezes por ordem de Saldanha Lobo, por motivos que ainda desconhecemos, e, quando já tinha obtido o perdão régio da pena de degredo, em finais de 1778, foi «sequestrado» pelos cónegos da cidade da Ribeira Grande, que o compeliram a trabalhar nas obras de restauro da sé catedral e desenho para reedificação do paço episcopal.

Entretanto, no Reino as movimentações da Viradeira tinham afastado o Marquês de Pombal dos negócios do reino, pelo que deixou de pairar nos circuitos cortesãos uma animosidade clara relativamente a António Carlos Andréis<sup>30</sup>.

Em 1778, provavelmente pela intervenção favorável de Martinho de Melo e Castro, Andréis obteve perdão régio da pena de degredo em Cabo Verde, a tão desejada mercê

<sup>28</sup> BUENO, 2011.

<sup>29</sup> A lista das realizações de Andréis em Cabo Verde foi enunciada pela sua mulher (AHU — *Cabo Verde*, cx. 38, doc. 1. Petição de Dona Margarida Antónia Castro e Silva, sem data).

<sup>30</sup> RAMOS, 2007.



que lhe permitiu regressar ao reino cerca de 1779. A avaliação nos circuitos régios do árduo trabalho de Andréis em Bissau e Cabo Verde foi largamente positiva, o que permitiu não só a sua reincorporação no posto de capitão de infantaria com exercício de engenharia como, posteriormente à sua morte, foi de valia para a sua viúva receber os soldos que tinham ficado em dívida<sup>31</sup>.

Faleceu pouco depois de ter chegado a Lisboa, talvez em 1780, possivelmente em resultado dos «achques» que havia contraído em Cabo Verde e Rios de Guiné em mais de doze anos de serviço régio<sup>32</sup>.

Foi com base nessa longa vivência local, trabalho de campo e no saber acumulado em diferentes funções e nas diversas expedições que aí realizou que irá redigir, já em Lisboa, certamente com base em notas escritas trazidas de Cabo Verde, um parecer/relatório circunstanciado sobre a «economia agrária» insular, o que só pela natureza desta temática torna este documento um objecto inovador e verdadeiramente singular sobre o arquipélago.

Embora não caiba neste estudo uma enumeração exaustiva e uma análise heurística de toda a produção documental saída do punho do capitão-engenheiro António Carlos Andréis e produzida por terceiros sobre Andréis relativa ao arquipélago de Cabo Verde, convém referir que se distribuiu essencialmente por material cartográfico (mapas e plantas), além de documentação escrita que se encontra dispersa por diferentes arquivos em Portugal. Nos trabalhos de pesquisa de cartografia e documentação que realizámos entre o Arquivo Histórico Ultramarino, a Biblioteca Municipal do Porto, a Biblioteca Nacional de Portugal, a Torre do Tombo e a Biblioteca do Exército constatou-se que Andréis realizou mapas de todas as ilhas do arquipélago de Cabo Verde «adjacentes, povoadas e desertas» e propunha-se enviar a Martinho de Melo e Castro uma carta hidrográfica insular. Sobreviveram seis mapas inacabados de ilhas, três plantas da cidade da Ribeira Grande, e duas da vila da Praia, apenas uma delas com autoria, tendo todas as outras sido atribuídas a Andréis, devido à similitude de características cartográficas. Andréis tencionava terminar os mapas iniciados no terreno em Lisboa, o que pode ter acontecido quando regressou ao Reino e dispôs finalmente de materiais de que não podia usufruir em Cabo Verde<sup>33</sup>. Desta forma, o que subsistiu da produção cartográfica

<sup>31</sup> Petição de Dona Margarida Antónia Castro e Silva, sem data (AHU — *Cabo Verde*, cx. 38, doc. 1).

<sup>32</sup> A data da morte de Andréis permanece incerta. O último documento assinado por ele data de 9 de Setembro de 1780. A petição da sua viúva não surge datada (AHU — *Cabo Verde*, cx. 40, doc. 1).

<sup>33</sup> O ouvidor-geral João Gomes Ferreira afirmou a este respeito que Andréis «Não pode por as plantas a limpo por lhe faltarem e não chegarem os meios conducentes que pediu para o efeito, sem os quaes era impossível a dita conclusão» — testemunho do anterior ouvidor José Gomes Ferreira de 1 de Março de 1779 inserido no instrumento de justificação de António Carlos Andréis ante a Junta liquidatária da Companhia do Grão-Pará e Maranhão sobre o sucedido na expedição da construção da fortaleza de Bissau. É incluído como testemunha na já referida petição da viúva de António Carlos Andréis a fim de receber os soldos em dívida do marido (AHU — *Cabo Verde*, cx. 38, doc. 1). Por seu lado, Saldanha Lobo manifestou que não pôde enviar todas as plantas de Andréis que estavam na sua casa a encher-se de poeira, porque ainda não tinham chegado as tintas para a sua conclusão e das que tinham chegado

feita por Andréis sobre Cabo Verde pode ser apenas uma parte do que efectivamente teria feito ou pretendia fazer, seja sob a forma de exemplares completos, inacabados ou esboços. Parte da cartografia da sua autoria pode ter-se perdido e outra parte pode ainda permanecer em arquivos por referenciar ou identificar.

A produção escrita saída do punho do próprio Andréis é muito limitada (apenas cinco documentos) e, entre os exemplares relevantes, encontramos o parecer que aqui é objecto de análise, o que nos conduz ao terceiro ponto introdutório deste nosso estudo, isto é, a «recepção» que foi feita em Portugal da produção da documentação de António Carlos Andréis.

A produção escrita sobre António Carlos Andréis por autores coevos ou posteriores ascende a cerca de 50 documentos, entre manuscritos e impressos, cuja leitura nem sempre pode ser literal e tem de ser descodificada tendo em conta a boa/má reputação associada a Andréis, consoante os circuitos relacionais e as leituras que dele foram feitas. Senna Barcellos, a título de exemplo, dá um retrato de Andréis quer em Bissau quer em Cabo Verde como um degredado desordeiro viciado em vinho, apresentando-o também como sindicante dos capitães-mores das ilhas do Fogo e Brava por ordem do governador Saldanha Lobo<sup>34</sup>.

Talvez esta visão pouco abonatória de Andréis avançada por Senna Barcellos tenha provocado uma certa depreciação da produção documental escrita de Andréis que permaneceu desconhecida e que foi ignorada, um pouco inexplicavelmente, por António Carreira, por exemplo, quando deu à estampa uma série de edições críticas de relatórios oitocentistas sobre Cabo Verde<sup>35</sup>.

A divulgação da produção cartográfica de António Carlos Andréis deveu-se aos exemplares de mapas e cartas que foram revelados e publicados parcialmente por Avelino Teixeira da Mota e outros autores posteriores, obscurecendo estes de novo os documentos escritos avulsos<sup>36</sup>. Contudo, mesmo neste caso, a produção cartográfica de António Carlos Andréis sobre Cabo Verde tem sido utilizada mais de forma estética e figurativa do que propriamente sido objecto de estudos aprofundados, com algumas excepções<sup>37</sup>.

A valorização historiográfica e documental da produção cartográfica e documental de António Carlos Andréis teve de esperar pelo levantamento de documentação escrita levado a cabo pelo projecto História Geral de Cabo Verde no final da década de 1980 e inícios da década de 1990 no Arquivo Histórico Ultramarino por parte de António Correia e Silva, entre outros. Este autor, nos seus estudos sobre a sociedade e economia

---

do Reino muitas não serviam, concluindo que teriam de se mandar vir do estrangeiro. Carta do governador-geral Saldanha Lobo de 28 de Abril de 1774 sobre a relação das tintas necessárias para a conclusão das plantas inacabadas de António Carlos Andréis e que se estavam a estragar por acção da poeira (AHU — *Cabo Verde*, cx. 33, doc. 51).

<sup>34</sup> BARCELLOS, 1905: III, 2.<sup>a</sup> parte, 40.

<sup>35</sup> CARREIRA, 1986; CARREIRA, 1987a; CARREIRA, 1987b.

<sup>36</sup> MOTA, 1961; MEDEIROS, 1968; DIAS, 1999.

<sup>37</sup> PIRES, 2007.

agrária do arquipélago, foi o verdadeiro revelador do parecer/relatório de Andréis de 1780. Foi nessa obra colectiva que pela primeira vez se valorizou a «autoria» da produção cartográfica e documental de Andréis, abordando-a aprofundadamente e em objectos de estudo até aí pouco explorados como a vertente agropecuária do arquipélago, além do urbanismo e estruturas militares das cidades da Ribeira Grande e Praia, cruzando-a com produção documental textual<sup>38</sup>.

Contudo, o grande impulsionador dos estudos da produção cartográfica de António Carlos Andréis foi Fernando Pires, cuja tese de mestrado sobre a cidade da Ribeira Grande da ilha de Santiago se baseou e explorou a fundo os mapas e plantas do capitão-engenheiro sobre aquela urbe a fim de proceder à análise histórico-formal do urbanismo da cidade capital das ilhas de Cabo Verde<sup>39</sup>. Todos os estudos posteriores seguiram o caminho entreaberto por este autor e mesmo trabalhos de natureza arqueológica ou processos políticos de candidatura da Ribeira Grande a património mundial da Unesco utilizaram largamente os trabalhos cartográficos de Andréis.

Assim, no momento presente, *alguma* produção cartográfica de António Carlos Andréis, sobretudo a que se reporta à cidade da Ribeira Grande da ilha de Santiago, já foi e continua a ser objecto de estudo aprofundado, o mesmo não se podendo dizer relativamente às cartas da vila da Praia e sobretudo aos esboços inacabados das cartas insulares. A produção documental da autoria de Andréis e sobre ele está lentamente a ser resgatada dos arquivos atrás mencionados e este estudo visa precisamente contribuir nesse sentido.

O parecer de 16 de Abril de 1780, realizado em Belém, da autoria do engenheiro militar António Carlos Andréis é uma resposta a um pedido específico de Martinho de Melo e Castro sobre um projecto de repovoamento agrícola das ilhas de Cabo Verde. Teve por objecto responder a cinco quesitos sobre a exequibilidade do mesmo, em termos da quantidade e qualidade das existências agrícolas e pecuárias do arquipélago, capacidade e sustentabilidade das mesmas para alimentar a população local, envio de novos colonos portugueses, entre os quais alguns degredados, e de 100 casais de escravos a partilhar por aqueles, pelos quais seriam distribuídas terras, alfaias agrícolas e sementes, relação existências alimentares/população, custo do sustento dos novos colonos por três anos e valores financeiros de toda esta operação. Desta apreciação de Andréis sobre a economia agropecuária de Cabo Verde e possibilidade da sua expansão para as ilhas ainda desertas resultou a produção de uma visão muito particular do território insular que vamos aqui procurar analisar de acordo com o mote deste estudo, isto é, sob o enfoque da história ambiental<sup>40</sup>.

---

<sup>38</sup> BALENO, 1995; SILVA, 1995; CABRAL, 1995.

<sup>39</sup> PIRES, 2007.

<sup>40</sup> Parecer de António Carlos Andréis de 17 de Abril de 1780 em resposta a Martinho de Melo e Castro (AHU — *Cabo Verde*, cx. 40, doc. 1).

Na minha análise recorri a uma abordagem interdisciplinar tradicional entre história e geografia, lembrando o contributo basilar dos decanos investigadores-geógrafos Ilídio do Amaral e Orlando Ribeiro<sup>41</sup>. Ambos enfatizaram que o factor climático e em particular as condições anuais de precipitação, a sua falta e a sua irregular distribuição no espaço insular e ao longo do ano constituem e ainda mais constituíram no passado o maior desafio, o eixo em torno do qual gravitou o mundo agrário cabo-verdiano<sup>42</sup>.

Por sua vez, os factores geoclimáticos influenciaram e em certa medida até determinaram um conjunto de problemas históricos recorrentes, como seja a deterioração acelerada do coberto vegetal das ilhas por cerca de cinco séculos de sobreexploração agrícola e pecuária, resultante em processos de erosão físico-química das zonas agroecológicas insulares que resultaram, na expressão de Marina Temudo, num processo de «emagrecimento da terra», referindo-se neste caso particular à ilha de Santiago<sup>43</sup>.

Na documentação de origem portuguesa, à excepção das impressões geográficas dos primeiros descobridores Alvise Cadamosto e Diogo Gomes, dos comentários já mais consistentes de vultos do conhecimento quinhentista como Valentim Fernandes, Duarte Pacheco Pereira e do Piloto Anónimo de 1555 e sobretudo das relações dos militares ou eclesiásticos do terreno como o sargento-mor Francisco de Andrade de 1582 ou os padres jesuítas Manuel de Barros e Baltasar Barreira de início do século XVII, muito pouco foi dito sobre esta matéria até ao último terço do século XVIII, ou seja, já decorridos mais de trezentos anos de história de Cabo Verde.

Sucedido este hiato, Andréis foi talvez o primeiro e durante muito tempo o único a ter contemplado, num único documento e de uma forma muito coerente, reflectida e plena de informação, o mundo agrário, o interior e o rural das ilhas de Cabo Verde do qual, agora mais do que nunca, tão dificilmente sobreviviam os filhos da terra, já sujeitos aos ciclos recorrentes das secas, das «fomes gerais» e da conseqüente primeira diáspora de homens livres para longínquos destinos transatlânticos, nesta época rumo aos núcleos piscatórios baleeiros da costa leste da América do Norte.

O parecer de Andréis partiu de um projecto idealizado pela Secretaria de Estado da Marinha e Ultramar para Cabo Verde, como resposta à situação imediatamente posterior à extinção da companhia do Grão-Pará e Maranhão, coeva da «grande fome» de 1773-1775, resultando da correlação entre estes dois factores, numa falência virtual da economia escravocrata e finanças insulares<sup>44</sup>.

---

<sup>41</sup> AMARAL, 2007; RIBEIRO, 1998.

<sup>42</sup> Se estas conclusões são hoje indiscutíveis em matéria de conhecimento histórico-geográfico, só muito raramente antes de meados do século XX e dos trabalhos de campo sistemáticos levados a cabo pela Missão de Estudos Agrónomos do Ultramar, criada em 1960, no âmbito da Junta de Investigações do Ultramar, foi reunida informação sistemática e científica sobre a paisagem agropecuária local, quase sempre preterida no passado por um olhar centrado sobre o mundo urbano, zonas costeiras e litorais e problemáticas de natureza comercial (LEITÃO *et al.*, [s.d.]).

<sup>43</sup> TEMUDO, 2008.

<sup>44</sup> SILVA, 2002.

As conclusões de Andréis basearam-se, na nossa opinião, numa complexa, intrincada e por certo ponderada reflexão deste reputado técnico e do seu saber local adquirido numa estadia de 12/13 anos, demonstrada no documento original através de uma tabela anexa de que constam, por ordem, as estimativas das superfícies físicas das ilhas componentes do arquipélago (comprimento, largura e área total), percentagem do regadio, sequeiro e montado em cada uma delas, montantes populacionais respectivos antes e depois da fome de 1773-75, totais da produção de milho e somas das cabeças de gado vacum, cabrum e bravo<sup>45</sup>. Este mapa pretendia fazer uma sùmula do retrato da descrição agrária de cada uma das ilhas e daqueles que considerava serem os principais quesitos do mundo agrário insular. À tabela explicativa anexa ao parecer, Andréis acrescentou uma exposição pormenorizada da paisagem agrária das diversas ilhas de Cabo Verde na direcção sotavento/barlavento, com base numa análise combinada do respectivo clima/altitude, recursos hídricos, locais mais férteis e da transposição para o cenário tropical da divisão agrícola metropolitana entre solos de regadio/sequeiro e montado. Além desta combinação de factores descritivos dos tipos de paisagem e solos das parcelas insulares, Andréis ainda apresentou para cada ilha os principais produtos agrícolas, pecuários, manufacturas e produtos de recollecção, num raro e precoce retrato da economia agrária do arquipélago.

Assim, uma das primeiras conclusões sobre a informação contida neste parecer é a da categorização, sistematização e matematização da natureza, de acordo com operações geodésicas realizadas por via de medições astronómicas efectuadas através de um único e rudimentar instrumento que Andréis detinha, um Octante de Bradley, cujo fim primeiro era o da cartografia insular. Tais cálculos permitiram-lhe fazer a estimativa das medidas da geografia física das ilhas (comprimento, largura, e superfície total), o cálculo das superfícies de regadio, sequeiro e montado de cada uma delas e a ponderação entre a quantidade de alimentos produzidos e os montantes populacionais à época.

Igualmente inédito foi o olhar de Andréis sobre a relevância dos factores climáticos, e é sobretudo neste ponto que esta fonte se aproxima mais da problemática específica deste encontro científico ao nível da geografia agrária insular. Andréis considerou que o factor climático determinante era o do sistema da precipitação, isto é, os seus baixos valores absolutos, sua irregular distribuição no tempo e no espaço, sua concentração num curto período do ano ou mesmo a sua total ausência por períodos de tempo muito alargados. Conduzia isto a um predomínio da paisagem árida e semiárida ocupada, quando tal era possível pelo montado extensivo e pelo algodão, incapaz para qualquer cultura agrícola ou pecuária intensivas e sobretudo para a agricultura de regadio, reduzida a uma superfície total ínfima, apesar de um uso criterioso da água pelos seus habitantes. Mesmo a superfície de sequeiro, denominada por Andréis de terras de

---

<sup>45</sup> A tabela anexa é apresentada antes da bibliografia.

sementeira, era muito restrita e utilizada quase exclusivamente na cultura do milho, abóbora e feijão, sempre colocados em risco por uma fauna abundante de corvos, galinhas do mato, macacos e ratos que obrigavam os agricultores a permanecerem continuamente nas suas terras na vigia das culturas. Em cerca de treze anos de permanência, Andréis afirmou só haver presenciado um ano com uma estação de chuvas regular. Traçou assim o primeiro quadro da paisagem agrícola cabo-verdiana, já nessa época um regime agrário de alto risco e de elevada vulnerabilidade alimentar.

O engenheiro considerou igualmente que a diversidade climática insular era também produto da diferenciação dos relevos insulares que, por sua vez, agiam nos níveis de pluviosidade e humidade. Desta forma, uma das primeiras divisões contempladas por Andréis, além da segmentação geográfica tradicional entre ilhas do Sotavento e ilhas do Barlavento, foi a das ilhas com relevo elevado e acentuado como Santiago, Fogo, Brava, Santo Antão e S. Nicolau, com maior vocação agrícola, e as das ilhas baixas como Maio, Boa Vista e Sal, a que correspondiam regimes agrícolas distintos. Todos estes elementos geográficos/cartográficos/climáticos das ilhas de Cabo Verde pertencem actualmente às noções elementares de ensino sobre o arquipélago. O problema a que não sabemos ainda dar resposta cabal é se seriam à época factores inovadores sobre o conhecimento geográfico tropical. Andréis foi o primeiro português e europeu a apresentar um parecer, durante muito tempo o único relatório circunstanciado sobre a sociedade e economia agrárias locais com um olhar agronómico antecipado que contemplou a ponderação dos factores dos solos, climas, recursos hídricos, plantas, animais e população em conjunto e interacção, com vista a que se pudessem produzir os melhores resultados possíveis, observando o percurso histórico e as condições naturais locais. Além de todos estes factores inovadores e por paradoxal que isto possa parecer, Andréis viu-se forçado a contrariar uma percepção corrente que se tinha formado erradamente ao longo do tempo em alguns organismos metropolitanos. Tratava-se da noção de que o arquipélago seria um grande «jardim botânico», constituído por terras de grande fertilidade, uma vez que o entendimento sobre a totalidade das ilhas teria sido construído tomando o todo pela parte, isto é, pelas zonas mais férteis da ilha mais apta para a agricultura — a ilha de Santiago. A paisagem do regadio santiaguense, que na sugestiva metáfora deste autor lembrava o «terreal paraíso», nunca poderia ser transposta para o resto da ilha e do arquipélago, onde imperava o sequeiro de milho/feijão/mandioca e a pecuária extensiva.

O centro metropolitano revelou-se afinal um mau gestor da informação acumulada ao longo de mais de três séculos de história, que lhe havia chegado por circuitos de informação muito diversos, fossem ele oriundos de longínquos descobridores, geógrafos, missionários, comerciantes ou agentes régios. Teve de solicitar de novo informações sobre a paisagem agrária do arquipélago, mesmo após repetidas notícias de fomes nas ilhas e se aquela agreste natureza poderia ser objecto de um maior e melhor aproveitamento económico e de repovoamento.

Depois de uma série de pequenas advertências ao destinatário Melo e Castro, Andréis elaborou então a parte mais substancial e informativa do seu parecer, isto é, a descrição de cada uma das dez ilhas de Cabo Verde, começando pela que considerava, correctamente, a ilha de maior vocação agrícola insular, a ilha de Santiago, cujos moldes de análise foram depois repetidos para todas as outras ilhas.

Assim, descreveu e discriminou detalhadamente os recursos hídricos, solos e produtos da agricultura de regadio e de sequeiro típicos de cada uma das ilhas, completando-o com o quadro do tipo de actividade pecuária e com outras eventuais produções estratégicas, fossem elas de cultivo como o açúcar para aguardente, algodão para manufactura de panos (sobretudo na ilha do Fogo), alimentos subsidiários/essenciais da dieta alimentar cabo-verdiana ou produtos de recollecção como a urzela, o sal e ainda algumas particularidades, como por exemplo as vinhas, os coqueiros, as figueiras bravas, a purgueira ou os dragoeiros.

Antes ainda das conclusões finais, isto é, da resposta aos cinco quesitos de Melo e Castro, o capitão-engenheiro foi deixando escapar alguns pequenos desabaços ponderosos, já reveladores do pendor da sua opinião final. Nesse sentido, demonstrou que algumas das supostas (in)decisões relativamente ao mundo agrário de Cabo Verde, face às quais Andréis poderia propor alterações de vulto, nem sequer ofereciam possibilidade de escolha. Por exemplo, o aproveitamento das residuais áreas de regadio para a cultura de cana-de-açúcar e mandioca poderia parecer bizarro num sistema agrícola em que as culturas alimentares eram de alto risco. Andréis justificou que a transformação da cana-de-açúcar em aguardente era uma das mais rentáveis opções do mundo rural insular, porque se vendia toda a produção no mercado interno e por preços elevados, proporcionando bons rendimentos. Quanto à mandioca, era a base alimentar dos escravos, enquanto a restante população comia preferencialmente pratos confeccionados à base de milho, leite e manteiga. Além disso, a ocupação das terras em montado intensivo ou extensivo para além do que seria expectável não resultava do desacerto ou inaptidão dos cabo-verdianos, mas antes da necessidade estratégica dos derivados do gado na dieta alimentar insular e sobretudo da forte procura de gado e seus derivados pelas embarcações estrangeiras para alimentação das tripulações ou mesmo para força de tracção nas terras americanas de destino. A título de exemplo, numa ilha praticamente improdutiva em termos agrícolas como era o caso da Boavista, que foi considerada por António Correia e Silva como «ilha-montado», os seus habitantes podiam alcançar níveis de subsistência mais seguros do que os das ilhas agrícolas como Santiago<sup>46</sup>.

Outro dos dilemas sobre os quais um observador desconhecedor das condições locais poderia interrogar-se era o da alternativa entre a criação de gado e o plantio de algodão, opções económicas das terras incapazes de qualquer cultivo agrícola. Andréis

---

<sup>46</sup> SILVA, 1991: 209.

respondeu assertivamente que os animais nunca poderiam ser sacrificados ao cultivo daquela fibra, dado que aquele não só era uma reserva alimentar estratégica da população insular, como a produção em excesso de algodão daria lugar a um fabrico desmesurado de panaria, fazendo assim descer o preço dos panos nos mercados negreiros da Costa da Guiné.

Andréis respondeu então de forma sistemática às cinco perguntas do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar. Tudo o que havia sido proposto sobre aumento da população e agricultura foi considerado totalmente inviável. Não havia falta de população no arquipélago, mas pelo contrário algum excesso em função das existências agrícolas médias de milho, feijão, mandioca e inhames. Andréis fez o cálculo de meio moio de milho anual por habitante e para o gado, que também se alimentava deste cereal por falta de cevada, concluindo pelo excesso de recursos demográficos face aos mitigados recursos agrícolas. Assim, se se enviasse população europeia e africana em volume significativo para Cabo Verde, seria para a conduzir à morte, uma vez que em mais de 300 anos de história se tinha verificado que aqui só se podia praticar uma agricultura muito vulnerável e contingente em regime tropical seco, com estações chuvosas muito parcas e sobretudo muito irregulares, como o haviam provado as mais recentes fomes que as ilhas tinham experimentado ou então o facto de algumas ilhas ainda estarem desertas à época, como era o caso das ilhas do Sal e São Vicente, só povoadas de forma efectiva no curso do século XIX. Nestas, nunca tinha existido uma ocupação permanente e continuada, mas apenas incursões sazonais ligadas a actividades económicas de recolha de sal, urzela, âmbar, pesca ou captura de tartarugas e pássaros aquáticos, incapazes de sustentar os povoadores das outras ilhas que sucessivamente aí tentaram vingar.

Do projecto, orçado por Andréis em cerca de 300 contos de reis, resultaria também um enorme prejuízo para a fazenda real.

As considerações finais de Andréis continuam a suscitar-me muitas reflexões. O capitão soube observar a apurada forma como o homem cabo-verdiano havia adaptado e transformado a avara natureza local, tirando o melhor partido que pôde de condições climáticas e ecológicas adversas e da economia de mercado, que condicionaram profundamente as escolhas agrícolas tipicamente insulares, ocupando diferenciadamente toda a terra disponível de acordo com a sua tipologia.

O capitão-engenheiro não considerou o sistema agrário insular desajustado do ecossistema em que se inseria. Era, pelo contrário, fruto de uma experiência de mais de três séculos em que os cabo-verdianos haviam experimentado múltiplas soluções possíveis, incluindo a adaptação e inclusão definitiva de plantas oriundas de outras paragens do Atlântico ou de África, como sejam diferentes espécies de milho, a mandioca da América do Sul, os coqueiros vindos da Índia e espécies da fruticultura e horticultura mediterrânicas e tropicais, tudo combinado em excêntricos quadros rurais.



Este documento enunciou até algum enfoque ambiental, dado ter considerado que a sobreexploração económica, produto de ciclos de crescimento demográfico, tinha contribuído negativamente para a degradação dos recursos naturais, nomeadamente do seu coberto vegetal, por via da criação extensiva de gado, além de que se observava uma degradação em larga escala de todo o tipo de flora endémica em favor das culturas agrícolas.

Andréis compreendeu afinal a alteridade do sistema agrário insular à época e os bloqueios do centro imperial relativamente à periferia de ilhas de Cabo Verde, ou seja, o progressivo desconhecimento ou saber incorrecto que se observava em Portugal relativamente a esta remota fracção insular e o correspondente abandono a que esta foi votada, depois do fim do ciclo comercial negreiro em finais do século XVI.

**Tabela 1.** Mapa de todas as dez ilhas de Cabo Verde com seus comprimentos, larguras, superfícies com distinções abaixo indicadas, quantidade de milho que anualmente produzem, número de habitantes e de gados vacuns e cabrums, tanto antes como depois da fome que experimentaram nos anos de 1773, 1774 e 1775<sup>47</sup>

	Santiago	Fogo	Brava	Sto. Antão	S. Nicolau	Boavista	Maio	S. Vicente	Sta. Luzia	Sal	Totais
Comprimento (léguas)	9,5	4,75	1,25	6,75	7,5	5	4,5	3,04	1,66	1,66	
Largura (léguas)	4,5	4,5	1,33	1,33	3,5	5	3,25	2,33	0,33	2	
Sementeiras (Superfície)	8,5	6	0,63	4	3,38	0,13	0,13	0	0	0	22,5
Regadios (Superfície)	2	0	0,16	0,5	0,38	0	0,06	0	0	0	3,03
Montados (Superfície)	15,67	10,38	0,86	13,5	7,19	13,75	13,63	0	0	0	75,13
Total (Superfície)	26,25	16,38	0,44	18	10,69	13,87	13,18	4,22	0,66	4,5	115,03
Milho (Moios)	7500	4000	1250	5000	4000	200	50	0	0	0	22000
Habitantes antes da fome	25000	7000	2600	11000	5180	1178	1090	0	0	0	49048
Habitantes depois da fome	18750	5000	1750	7500	4000	900	850	0	0	0	38750
Gado Vacum	116500	7336	600	402	721	1683	1679	7	0	0	24071
Gado Cabrum	28332	1500	950	1052	1454	23391	2600	Bravas	Bravas	Bravas	59279

<sup>47</sup> O mapa elaborado por Andréis indicava os valores numéricos acrescidos de fracções que foram convertidas para decimais. Os valores dos totais são os originalmente indicados por Andréis sem recálculo.

## FONTES

### Arquivo Histórico Ultramarino

- AHU — *Cabo Verde*, cx. 29, doc. 30.  
 AHU — *Cabo Verde*, cx. 32, doc. 5.  
 AHU — *Cabo Verde*, cx. 33, doc. 51.  
 AHU — *Cabo Verde*, cx. 36, doc. 22.  
 AHU — *Cabo Verde*, cx. 38, doc. 1.  
 AHU — *Cabo Verde*, cx. 40, doc. 1, doc. 9.  
 AHU — *Secretaria Geral do Governo*, lv. 25, fl. 7v-8.

### Arquivo Nacional da Torre do Tombo

- ANTT — *Consultas do Conselho de Guerra*, maço 107 H.  
 ANTT — *Registo Geral de Mercês*. D. João V.

## BIBLIOGRAFIA

- AMARAL, Ilídio do (2007) — *Santiago de Cabo Verde: a terra e os homens*. 2.<sup>a</sup> ed., Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical.
- ANDRADE, Bernardino António Álvares de (1952) — *Planta de Bissau e suas adjacentes*. Introdução e anotações de Damião Peres. Lisboa: Academia Portuguesa de História.
- BALENO, Ilídio (1995) — *Pressões externas. Reações ao corso e à pirataria*. In SANTOS, Maria Emília Madeira, coord. — *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa-Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical – Instituto Nacional de Cultura de Cabo Verde, Cabo Verde, vol. II, p. 125-188.
- \_\_\_\_ (2002) — *Reconversão do comércio externo em tempo de crise e o impacto da Companhia do Grão-Pará e Maranhão*. In SANTOS, Maria Emília Madeira, coord. — *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa-Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical – Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, vol. III, p. 157-233.
- BARCELLOS, Christiano José de Senna (1905) — *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné. Partes III e IV*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- BARRENTO, António (2006) — *Guerra Fantástica, 1762. Portugal, o conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos*. Lisboa: Tribuna da História.
- BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira (2011) — *Com as mãos sujas de cal e tintas. Homens de múltiplas habilidades: os engenheiros militares e a cartografia na América Portuguesa (séculos XVI-XIX)*. In 1.º Simpósio brasileiro de Cartografia Histórica, Paraty. Disponível em <<https://www.ufmg.br/rededemuseum/crch>>. [Consulta realizada em 10/02/2017].
- CABRAL, Iva (1995) — *Ribeira Grande: Vida Urbana, Gente, Mercancia, Estagnação*. In SANTOS, Maria Emília Madeira, coord. — *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa-Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical – Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, vol. II, p. 225-273.
- \_\_\_\_ (2015) — *A primeira elite colonial. Atlântica. Dos “homens honrados brancos” à “nobreza da terra”*. Praia: Pedro Cardoso Livraria.
- CARREIRA, António (1982) — *As companhias pombalinas de Grão-Pará e Maranhão e Pernambuco e Paraíba*. Lisboa: Editorial Presença.
- \_\_\_\_ (1986) — *Ensaio e Memórias Económicas sobre as ilhas de Cabo Verde. Século XVIII. João da Silva Feijó*. Praia: Instituto Caboverdiano do Livro.
- \_\_\_\_ (1987a) — *Descrições Oitocentistas das ilhas de Cabo Verde*. [S.l.: s.n.].
- \_\_\_\_ (1987b) — *Dissertação sobre as ilhas de Cabo Verde. 1818. Manuel Roiz Lucas de Senna*. [S.l.: s.n.].

- CASTELO de Estremoz [s.d.]. Disponível em <<http://www.cimac.pt/pt/site-visitlar/lugares/Paginas/Castelo-Estremoz.aspx>>. [Consulta realizada em 07/02/2018].
- COSTA, António Ricardo; VÉSTIA, João; GONÇALVES, Jorge (2015) — *Mathematics and geometry in Lisbon's Baixa district: checking influences from Valletta. A study on the street widths*. «Journal of Urban Design», vol. 20, n.º 5, p. 636-657.
- CRUZ, Miguel Dantas da (2015) — *Francisco Xavier de Mendonça Furtado (1701-1769)*. In SERRÃO, José Vicente; MOTTA, Márcia; MIRANDA, Susana Munch, dir. — *E-Dicionário da Terra e do Território*. Lisboa: Centro de Estudos de História Contemporânea – Instituto Universitário de Lisboa. Disponível em <<https://edittip.net/?s=francisco+xavier+de+mendon%C3%A7a+furtado&submit=>>. [Consulta realizada em 07/10/2017].
- DIAS, Maria Helena (1999) — *Marcas Portuguesas na moderna cartografia cabo-verdiana*. «Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia», vol. XXXIV, n.º 67-68. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, p. 95-109.
- FERRÃO, Leonor (2017) — *Eugénio dos Santos (1711-1760): arquitecto e engenheiro militar*. Lisboa: Almedina.
- GARCIA, João Carlos; RODRIGUES, Vítor Luís Gaspar; TORRÃO, Maria Manuel (2010) — *Ilhas, Portos e Cidades. Cartografia de Cabo Verde (séculos XVIII-XX)*. Lisboa-Praia: Unicv/IICT.
- HEUIJERJANS, Andreas (2007) — *Overview of Historical Maps of the Cape Verde Islands*. Disponível em <<http://www.heuijerjans.net/CapeVerde/maps/CaboMaps.html>>. [Consulta realizada em 09/09/2017].
- LEITÃO, António Eduardo; RAMALHO, José Cochicho; SANTOS, Maria José [s.d.] — *Ecofisiologia, Bioquímica e Biotecnologia Vegetal. Da Missão de Estudos Agronómicos do Ultramar ao ECO-BIO*. Disponível em <<http://www2.iict.pt/index.php?idc=42>>. [Consulta realizada em 06/03/2018].
- MACHADO, Cyrillo Volkmar (1823) — *Collecção de Memórias relativas às vidas dos pintores, escultores, architetos e gravadores portugueses e dos estrangeiros que estiveram em Portugal*. Lisboa: Imprensa de Victorino Rodrigues da Silva.
- MEDEIROS, Carlos Alberto (1968) — *Notícia da cartografia do arquipélago de Cabo Verde*. «Finisterra, Revista Portuguesa de Geografia», vol. III, n.º 5. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, p. 123-129.
- MOTA, Avelino Teixeira da (1961) — *Cinco séculos de cartografia das ilhas de Cabo Verde*. Lisboa: Agrupamento de Estudos de Cartografia Antiga, série Separatas Verdes, n.º 1.
- PIRES, Fernando (2007) — *Da Cidade da Ribeira Grande à Cidade Velha em Cabo Verde. Análise Histórico-Formal do Espaço Urbano. Séc. XV. Séc. XVIII*. Praia: ed. Universidade de Cabo Verde.
- PIRES, Fernando; COHEN, Zelinda (2000) — *Ribeira Grande [«Cidade Velha»], Ilha de Santiago Cabo Verde. Enquadramento histórico e urbanismo*, disponível no site História do Património de influência Portuguesa <<http://www.hpip.org/Default/pt/Conteudos/Navegacao/NavegacaoGeograficaToponica/Localidade?a=558>>.
- RAMOS, Luís de Oliveira (2007) — *D. Maria I*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- RIBEIRO, Orlando (1998) — *A ilha do Fogo e as suas erupções*. 3.ª ed. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses.
- RODRIGUES, José Damião (2006) — *“Para o socego e tranquilidade publica das Ilhas”: fundamentos, ambição e limites das reformas pombalinas nos Açores*. «Tempo. Revista da Universidade Federal Fluminense», n.º 21, vol. 11, p. 157-183.
- SANTOS, N. Valdez dos (1971) — *As fortalezas de Bissau*. «Boletim Cultural da Guiné Portuguesa», Revista do Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, vol. XXVI, 103. Bissau: Centro de Estudos da Guiné Portuguesa, p. 481-520.

- SARAIVA, José Mendes da Cunha (1947) — *A fortaleza de Bissau e a companhia do Grão-Pará e Maranhão*. Lisboa: Bertrand.
- SEPÚLVEDA, Cristóvão Aires de Magalhães (1910) — *Manuel da Maya e os Engenheiros Militares Portugueses no terramoto de 1755*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- SERRÃO, José V.; PIROTO, J. V.; AFONSO, A., eds. (2003) — *Conhecimento e definição do território: os engenheiros militares (séculos XVII-XIX)*. Lisboa: Direcção Superior do Exército, Instituto Nacional de Arquivos Torre do Tombo, Arquivo Histórico Militar.
- SILVA, António Correia e (1991) — *Espaço, Ecologia e Economia Interna*. In SANTOS, Maria Emília Madeira; ALBUQUERQUE, Luís, coord. — *História Geral de Cabo Verde*, vol. I, Lisboa-Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical – Direcção Geral do Património Cultural de Cabo Verde, p. 179-236.
- (1995) — *A Sociedade Agrária. Gentes das águas: Senhores, Forros e Escravos*. In SANTOS, Maria Emília Madeira, coord. — *História Geral de Cabo Verde*. Lisboa-Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical – Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, vol. II, p. 275-357.
- (2002) — *Dinâmicas de Decomposição e Recomposição de Espaços e Sociedades*. In SANTOS, Maria Emília Madeira, coord. — *História Geral de Cabo Verde*, vol. III, Lisboa-Praia: Instituto de Investigação Científica Tropical – Instituto Nacional de Investigação, Promoção e Património Culturais de Cabo Verde, p. 1-66.
- SOARES, Maria João (2013) — *Um projecto de (re)conhecimento do território de Cabo Verde: o relatório do engenheiro António Carlos Andréis*. In ROQUE, Ana Cristina; TORRÃO, Maria Manuel; MARQUES, Vítor Rosado — *Atas do Colóquio Internacional Cabo Verde e Guiné-Bissau. Percursos do Saber e da Ciência*. Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical. Disponível em <<https://coloquiocvbg.files.wordpress.com/2013/06/p01c05-maria-joc3a3o.pdf>>. [Consulta realizada em 21/01/2018].
- (2015a) — *Percursos do engenheiro António Carlos Andréis em Cabo Verde, 1765-1779*. In OLIVEIRA, Francisco Roque de, org. — *Cartógrafos por toda a terra. Produção e circulação do saber cartográfico ibero-americano: agentes e contexto*. Lisboa: Biblioteca Nacional de Portugal, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, Centro de Estudos d'Aquém e Além-Mar da Universidade Nova de Lisboa e da Universidade dos Açores, p. 171-200.
- (2015b) — *D. Fr. Pedro Jacinto Valente*. Disponível em COSTA, João Paulo Oliveira, coord. — *Enciclopédia Virtual da Expansão Portuguesa*. Disponível em <<http://www.fcs.unl.pt/cham/eve/>>. [Consulta realizada em 04/04/2017].
- TEIXEIRA, Manuel António Correia (2011) — *As Propostas de Eugénio dos Santos para a Reconstrução da Baixa de Lisboa após o Terramoto de 1755, a síntese de culturas urbanas*, Lisboa: Centro de Administração e Públicas. Disponível em <[http://www.iscsp.utl.pt/capp/images/stories/Publicacoes/2010\\_2011/teixeira\\_manuel\\_as\\_propostas\\_eugenio\\_santos\\_abstract\\_2011.pdf](http://www.iscsp.utl.pt/capp/images/stories/Publicacoes/2010_2011/teixeira_manuel_as_propostas_eugenio_santos_abstract_2011.pdf)>. [Consulta realizada em 21/08/2012].
- TEMUDO, Marina Padrão (2008) — *A terra está a emagrecer. Santiago, Cabo Verde*. Lisboa: Periplo.
- VALADARES, Virgínia Maria Trindade (2006) — *A sombra do poder: Martinho de Melo e Castro e a Administração da Capitania de Minas Gerais (1770-1795)*. S. Paulo: Hucitec.
- VITERBO, Francisco Marques de Sousa (1899-1922) — *Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses ou a serviço de Portugal; e publicado por indicação da Comissão dos Monumentos*. 3 vols. Lisboa: Imprensa Nacional, vol. II. Disponível em linha em <[http://archive.org/stream/diccionariohist02lisbgoog/diccionariohist02lisbgoog\\_djvu.txt](http://archive.org/stream/diccionariohist02lisbgoog/diccionariohist02lisbgoog_djvu.txt)>. [Consulta realizada em 27/01/2018].